



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 20/07/2021

Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um em convocação para a realização da reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas e trinta minutos às dezesseis horas, na Sala virtual da Plataforma Zoom, reuniram-se pelo segmento dos usuários: conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra – ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheira Sônia Maria do Nascimento da Paixão (União de Negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ); conselheiro Jorge Agostinho de Almeida Neto (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ); conselheira suplente Daniela da Silva Dos Santos Moretti (União Brasileira de Mulheres – UBM/RJ); conselheiro Abílio Valério Tozini (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1) e a conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde AP 5.2). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Valeska Holst Antunes (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: conselheira suplente Liliane Cardoso de Almeida Leal (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira suplente Raquel de Moraes Barbosa Caprio (Secretaria Municipal de Saúde-SMS); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD) e a conselheira Maria de Lourdes Tavares Cavalcanti (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). **Pauta Única do Dia: Assunto: Deliberação do Relatório Anual de Gestão 2020 – RAG 2020. A reunião teve início após a convocação, às 14 horas e 37 minutos, com quórum previsto no Regimento do Conselho. Coordenação: Presidente do Conselho: **Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Auxílio à Coordenação: **Comissão Executiva:** Júlia Daniela de Castro, Morgana Eneile Tavares de Almeida, Neide Maria Neres Tinoco, Osvaldo Sérgio Mendes, Lucimar Oliveira do Nascimento, Valeska Holst Antunes, Larissa Cristina Terrezo Machado e Liliane Cardoso de Almeida Leal. Moderadora: Secretária Executiva: **Carmem Terezinha Gomes Sasaki**. Pauta do Dia:► **Deliberação do Relatório Anual de Gestão 2020 - RAG 2020.** A Presidente do Conselho Municipal de Saúde, conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes deu início a reunião, agradecendo à Secretária Executiva da S/SECOMS, que estando de férias participou da reunião e agradeceu também a equipe da Secretaria**

Executiva do CMS. Com a palavra a Secretária Executiva do S/SECOMS deu início a leitura da pauta informando composição da **Coordenação dos Trabalhos** - Coordenação Presidência do Conselho: Maria de Fátima Gustavo Lopes - Auxílio à Coordenação Comissão Executiva: Júlia Daniela de Castro, Morgana Eneile Tavares de Almeida, Neide Maria Neres Tinoco, Osvaldo Sérgio Mendes, Lucimar Oliveira do Nascimento, Valeska Holst Antunes, Larissa Cristina Terrezo Machado e Liliane Cardoso de Almeida Leal - Moderador Secretaria Executiva: Carmem Terezinha Gomes Sasaki, e teve como **Pauta Única**: Apresentação e deliberação do Relatório Anual de Gestão 2020 – RAG 2020. A presidente do CMS informou que a dinâmica seria a Liliane Cardoso de Almeida Leal apresentando os pontos, a Comissão de Orçamento e Finanças lendo o parecer e fazendo as pontuações. A senhora Liliane diz que gostaria de agradecer e que a reunião da Comissão Temática foi excelente com uma boa troca e todas deveriam ser assim, que não adianta uma comissão estar eleita de diário oficial e não exercer o seu trabalho pediu que a conselheira Valeska Antunes, Neide Neres ou Maria de Lourdes lesse o parecer, alguém que fosse do Conselho, para que o Pleno pudesse dar as sugestões e fazer a apreciação. A conselheira Neide Neres não estava presente no momento, a Conselheira Maria de Lourdes não gostaria de ler e a conselheira Valeska Antunes pediu a Secretaria Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki que fizesse o compartilhamento de tela para que ela pudesse ler e explicou que foram feitas as considerações referentes ao RAG 2020 que foi enviado e que a Comissão se reuniu para discutir cada um dos pontos que tinham sido levantados no relatório prévio e deu início a leitura do parecer, conforme abaixo: Parecer da Comissão Temática de Orçamento e Finanças sobre o Relatório Anual de Gestão 2020 - Considerando o papel do Controle Social de fiscalização da execução orçamentária e do Plano Municipal de Saúde. Considerando o Relatório Anual de Gestão (RAG) 2020 apresentado. Considerando as respostas e esclarecimentos prestados pela SMS em reunião virtual da Comissão Temática de Orçamento e Finanças realizada em dezesseis de julho de 2021. A Comissão Temática de Orçamento e Finanças remete ao pleno do Conselho Municipal a aprovação do Relatório Anual de Gestão de 2020 com as seguintes ressalvas e apontamentos: 1 – Na **página 9, item 3.3**, que se refere às **principais causas de internação**, chama à atenção a redução do número de internações no ano de 2020, apesar da abertura de leitos para tratamento de COVID pelo Hospital de Campanha. Percebe-se que as causas relacionadas às doenças infectocontagiosas têm expressivo aumento, compatível com momento epidemiológico. Assim como há redução de internações por causas externas, fenômeno provavelmente explicado pela redução de circulação de trânsito no período inicial da pandemia. Ainda que se saiba que houve cancelamento de internações para procedimentos eletivos, preocupa que a redução de internações signifique restrição de acesso com possíveis agravamentos de quadros e atrasos diagnósticos, como no caso de internações relacionadas a neoplasias. A Comissão entende que os números expressam o que de fato ocorreu, e, portanto, corresponde a verdade, mas traz à tona a preocupação para que se monitore e que se tomem as medidas necessárias no atual exercício da gestão para retomar o acesso à população para procedimentos diagnósticos e terapêuticos cujo adiamento podem trazer severas consequências. 2- **Página 9, item 3.4** não há informações de mortalidade por grandes grupos de causas de 2020. A Comissão compreende que existem atrasos de alimentação de bancos de dados nacionais que dificultam sua apresentação. Pondera, outrossim, que não é possível avaliar o exercício de gestão de 2020 adequadamente quando não dispõe de tais informações e remete ao Ministério da Saúde a sugestão de procurar oferecê-las em tempo hábil para análise em futuros relatórios. 3 – Na **página 10, item 4.1**, que se refere à **Produção de Atenção Básica**, foi observado que o Relatório informa que a SAPS/MS não oferece o dado pela extração do DIGISUS com a justificativa de inconsistência no sistema de

informação. Fica esclarecido que a gestão municipal incluiu os dados de produção do TABNET e SISAB no campo de análises e considerações. Deixamos registrado ao Ministério da Saúde que isto dificulta a leitura e análise por parte do controle social e que esperamos que tais problemas técnicos sejam prontamente solucionados. No que tange a análise dos dados em si, apresentamos três apontamentos: a) é notado que existe uma redução expressiva de produção ambulatorial desde 2019 que nada tem a ver com a urgência sanitária da COVID e sim com o “Plano de Reestruturação da Atenção Primária” implementado pelo exercício anterior da gestão municipal, apesar do mesmo ter sido rejeitado pelo Conselho Municipal de Saúde ainda em 2018 e de contrariar o Plano Municipal de Saúde da época. Para além de lamentar que se tenha executado redução de cobertura da Atenção Básica a despeito da rejeição do controle social, posicionamo-nos pela urgência de que as equipes de Atenção Primária sejam recompostas de modo a se garantir a re-expansão da cobertura; b) percebe-se redução de produção pelo TABNET entre 2019 e 2020 que é compatível com a suspensão de atendimento e de serviços ambulatoriais, principalmente durante os primeiros meses da eclosão da epidemia de COVID-19 no município e posteriormente paulatinamente retomados; c) os dados do SISAB por sua vez tem uma redução de produção entre 2019 e 2020 extrema. É sabido que, durante muitos meses de 2020, os atendimentos das Clínicas da Família ficaram restritos a situações prioritárias (pré-natal, tuberculose, hanseníase, HIV, entre outros) e ao atendimento de sintomáticos respiratórios. Também é de conhecimento que os atendimentos aos sintomáticos respiratórios foram adaptados, muitas vezes passando a ser realizados em áreas externas das Clínicas da Família sem a oferta de estrutura para o registro no e-SUS de maneira síncrona. Assim, infere-se que muitos destes registros nunca foram lançados no sistema perdendo-se completamente a referência de dados reais de produção pelo SISAB neste período, que nunca mais serão recuperados, e impossibilitando a qualidade de análise da força de trabalho aplicada pela Atenção Básica durante o auge da primeira onda da pandemia. 4 – **Nas páginas 11 e 12**, onde o Relatório **RAG-2020 traz** as seguintes informações, no item 4.2 sobre a **Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos**; no item 4.3 sobre a **Produção da Atenção Psicossocial por Forma de Organização** e no item 4.4, informações sobre a **Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos**, esta Comissão de Orçamento indica que o DIGISUS promova a apresentação dos históricos dos últimos anos para análise comparativa, bem como que se apresente os valores pagos. Solicitada, a SMS apresentou os históricos e os dados de empenho e pagamentos. Nota-se redução de procedimentos da Atenção Psicossocial e da Atenção especializada que são compatíveis com as restrições da pandemia. 5 – **Na página 12, no item 4.5, que se refere à Produção de Assistência Farmacêutica**, sugere-se fortemente ao Ministério da Saúde que inclua dados do componente básico da Assistência farmacêutica. Verificou-se ao longo de 2020 cronicidade de desabastecimento de medicamentos da lista da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), fato que não é trazido à visibilidade pelo atual procedimento do DIGISUS. 6 - **Página 13, no item 4.6, sobre a Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos**, semelhante ao ponto 4, não aparece o valor aprovado, bem como o histórico para a comparação com relação aos anos anteriores. A SMS ofertou as informações no campo de análises e considerações. Mais uma vez, sugere-se ao Ministério da saúde que disponibilize o dado no campo adequado facilitando a análise pelo Controle Social. 7- **Página 18, item 6**. Percebemos que não há descrição dos profissionais segundo categoria brasileira de ocupações (CBO). Sugerimos ao Ministério da saúde que volte a dar esta visibilidade, tal qual ocorreu nos modelos de Relatório de gestão de 2018 e 2019. 8- **Página 34, item 9.5**, que se refere aos **repasses de recursos financeiros**

advindos da União para aplicação no enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, Coronavírus (Covid-19). O relatório oferece apenas os valores repassados, mas não busca no SIOPS os valores de fato empenhados e pagos, que consideramos fundamental. Solicitada, a SMS informa que tais dados podem ser consultados através do site <https://prefeitura.rio/>, fato comprovado pela comissão. Assim, remetemos o tema para debate e votação. Após a leitura foi dado prosseguimento com a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki e a Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes abrindo para as perguntas, como ninguém se pronunciou, a Conselheira Liliane Leal falou que achava importante que se fizesse alguma pergunta inclusive sobre o trabalho da Comissão, se conseguiram ser claros ou se precisam melhorar a forma como foi descrita e explica que está falando em nome da Comissão e que estão abertos as críticas para que possam cada vez mais dar transparência porque esse é o objetivo, de esclarecer e mesmo que não tenham nada a falar sobre o assunto seria importante falar sobre a forma como a comissão conduziu e acha que os componentes da Comissão concordam com isso também porque tem que começar um trabalho que seja efetivo e o mais transparente possível. A Presidente Maria de Fátima torna a perguntar se alguém da Comissão quer falar, mas ninguém se pronunciou. A Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki informa que o Marcello Deodoro colocou no chat que o fato de ter registrado a ausência de algumas peculiaridades já o contempla. A conselheira Maria de Lourdes diz que é o que a Valeska e Liliane já falaram, que se reuniram na sexta-feira, vendo cada ponto e a Liliane foi explicando e como já está no Parecer, o relatório vai explicando o que ocorreu e que têm limitações que inclusive foram colocadas no parecer pois são para o Ministério da Saúde para que o relatório traga ou organize as informações de forma mais clara na estrutura do relatório para que seja entendido melhor, conforme consta do parecer, porque o município fica um pouco engessado e que tem um tópico no final onde o município tem espaço para poder registrar de forma mais detalhada e com mais liberdade e ali a Liliane inseriu as questões, conforme a Comissão pediu e assim precisa ser analisado o relatório dessa forma e o importante é que foi expressado nesse parecer, o que o relatório fala referente a atenção básica o que aconteceu na produção hospitalar em 2020 que na verdade expressa que naquela época, conforme Valeska citou que o Conselho foi contrário aquela reestruturação da gestão anterior e que as questões iam além do COVID, foram anteriores, mas se ampliou com a COVID mas vinha desde antes disso. Citou que o importante agora é ter esse diálogo com a Gestão para que possa ir acompanhando no decorrer de 2021 e fazer as perguntas, as considerações, para não deixar chegar em 2022 e sair o relatório de 2021 dizer que algum item foi péssimo e aí já aconteceu, tem que incentivar esse contato do Conselho com a gestão e estar presente, dialogando para que não aconteça isso de deixar para o final sobre os encaminhamentos, sobre as políticas que a secretária quer implementar, sobre as propostas e possa solucionar ao longo desse ano. Agora com a palavra o conselheiro Osvaldo Mendes cumprimenta a todos e que diz acompanhou atentamente a leitura feita pela conselheira Valeska, achou muito interessante e está sentindo muito por não ter podido participar dessa reunião para elaborar esse parecer, mas pelo que foi lido algo muito importante, muito rico para que possam desenvolver um papel muito bom em relação ao Colegiado e ao Controle Social, diz que achou o parecer muito bom e gostaria de saber quantas pessoas participaram da elaboração e como se chegou as deliberações e as conclusões desse parecer e agradece. Não houve mais inscrição para perguntas e a conselheira Valeska Antunes começa a responder, dizendo que estavam presentes quatro conselheiros dos seis componentes da Comissão, mais de cinquenta por cento, um número expressivo, ela, Valeska, Neide, Maria de Lourdes e Liliane, porque Júlia estava em reunião da saúde da família e ele também estava ausente. O

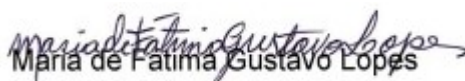
processo foi feito em cima do RAG 2020 que já tinha sido apresentado, das primeiras considerações que já tinham sido feitas, outro exercício que tinha sido feito no grupo da Comissão, mas sem uma reunião síncrona começou a disparar o documento para incluir os questionamentos e a Liliane trouxe informações e respostas e as pessoas foram fazendo os questionamentos e foram dadas as informações e as respostas em cima daqueles questionamentos e assim puderam se debruçar e compreender melhor todo o processo e foi de fato muito rico, uma questão que se colocou foi em cima da deliberação é que a Comissão vá fazendo periodicamente as avaliações, da projeção de compras quadrimestral, que se faça um processo semelhante e a cada reunião quadrimestral se solicite os elementos para o debate e se faça uma síntese desse debate para ser dividida no Colegiado como um todo e assim fazer uma projeção antes é um pouco isso, por exemplo teve esse problema de 2020 que foi a perda e aí infere que foi a perda de dados de registro de produção, principalmente, na produção de dados de sintomáticos respiratórios na atenção base e agora não tem mais como recuperar esses dados e talvez se tivesse conseguido fazer esse diagnóstico lá atrás talvez pudesse ter sido corrigido e não ter tido uma perda tão significativa. O conselheiro Osvaldo Mendes agradece e a Presidente do Conselho pergunta à Secretária Executiva se tem mais alguém inscrito e ela responde que no chat não e a Presidente solicita a Comissão de Orçamento e Finanças que acompanhasse o novo plano de 2022 a 2025 já com esses apontamentos, de metas e sugestões para quando forem pactuar quando o Estado enviar, essas pactuações já estejam bem explicadas e expliquem isso a todos os conselheiros e os que não são da comissão, mas que seja um aprendizado e isso é muito importante e diz à Comissão citando o nome das Conselheiras Valeska, Liliane, Maria de Lourdes e Neide Neres que participaram da Comissão nesse primeiro bloco que isso é a importância das comissões funcionarem como falou na Comissão Executiva que têm comissões importantíssimas, não desvalorizando as outras, mas de Orçamento e Finanças, Educação Permanente, vê se esse ano que está meio confuso, e em 2022 a Comissão de Educação Permanente capacite os conselheiros e que tenha como atores a Comissão de Orçamento e Finanças que é uma das mais importantes do Conselho e é onde gera toda essa demanda, então solicita a essa comissão que trabalhe e tenha esse pensamento junto a outras comissões e todas merecem um olhar. Por exemplo, a Comissão de Saúde Mental é uma comissão também que precisa e que o orçamento nunca fica implícito o quanto vai gastar na saúde mental e fica difícil isso e passa essa mensagem a esta comissão de Orçamento e Finanças e Educação Permanente e as outras, como a Saúde do Trabalhador e ninguém explica como funciona o acompanhamento desta comissão, quem são os trabalhadores e na última reunião perguntaram ao senhor Paulo Murilo e como ele falou que não se sentia no direito de responder porque ele era apenas um representante e ele é uma pessoa que acompanha isso e as verbas que vem como capacitar aqueles trabalhadores da CIST Estadual e todos que tenham o representante da CIST tem que trazer esta demanda e capacitar os conselheiros municipais e os trabalhadores, irem nas CAPS e nas Unidades, fazendo fóruns e ir explicando porque ninguém entende qual o papel da saúde do trabalhador e de todos os profissionais. Pergunta à Secretaria Executiva se tem alguém inscrito e esta informa que o Conselheiro Carlos Bessa está inscrito e, tempestivamente, o Conselheiro Abílio agradece à atenção de terem feito a apresentação e prestarem esclarecimentos e dúvidas para que aprovassem e sem ficar com a pendência de aprovar por aprovar e, então, parabeniza a todos que se esforçaram por esta reunião extraordinária. A Presidente agradece e chama o Conselheiro Carlos Bessa que só queria dizer que a Presidente falou bem a respeito do funcionamento das comissões e aí ele acredita que nessa comissão que ele participa que é a Comissão de Fiscalização da Atenção Primária de Saúde - APS, acha que se tivessem conseguido avançar conseguiria trazer um

conteúdo também para esse parecer muito interessante, mas, infelizmente, hoje ele nem sabe como está com essa comissão que era o Nelson, ele, a Mônica e o Wagner e eles não conseguiram avançar muito; e até pediram um relatório das unidades mais focados na atenção primária, mas não conseguiram avançar e acha que é muito importante essa questão das comissões e só queria colocar esse adendo para dizer que está sentindo muito essa dificuldade diante dessa Pandemia e a estrutura que era para estarem trabalhando, desenvolvendo e até agora não podem estar fazendo muita coisa. E a Presidente ratifica com a Secretária Executiva se há mais ninguém inscrito e solicita a conselheira Valeska Antunes que dê o encaminhamento para votação com seu pensamento para que os conselheiros nele entendam. E a Conselheira disse que a princípio a comissão remete a aprovação com essas ressalvas e informa que nunca fez isso e é nova na comissão de finanças, mas pelo que ela compreendeu o Conselho Municipal de Saúde precisa colocar nesse sistema DIGISUS a sua aprovação e em cada campo desses itens essas observações podem incluí-las no DIGISUS então seria uma aprovação com ressalvas e análises. Não seria uma aprovação que seria tudo limpo e tudo ok. Se está aprovando o RAG enquanto verdadeiro, porém apontando análises de coisas que precisam ser corrigidas seja pelo Ministério, seja por questões de coisas que se espera que a gestão consiga modificar no exercício atual. A Presidente Maria de Fátima conclui que o encaminhamento é que aprovem o RAG 2020 e dentro da parte que irão inserir no DIGISUS fazer todas essas observações e a conselheira Liliane Leal diz que na verdade é preciso colocar este parecer e indaga que eles sempre aprovaram e mandam publicar em Diário Oficial e coloca na página do Conselho para que todos tenham acesso da publicação e inclusive no Diário Oficial e, além disso, depois que sair a publicação, o Conselho e, no caso, a Presidente Maria de Fátima e a conselheira Julia Daniela abrirão o sistema do DIGISUS e colocarão em anexo tanto a aprovação, quanto este parecer em anexo para que tanto quanto o Estado quanto o Ministério tenham acesso ao parecer e aprovação do Conselho. E a Presidente Maria de Fátima pergunta a comissão se concordam pela aprovação e a conselheira Maria de Lourdes concorda e disse que viu a conselheira Neide Neres entrar na reunião e pergunta se ela quer fazer alguma observação e a conselheira Neide Neres fala que a Dra. Valeska quando usou a temática de orçamento do Conselho Municipal de Saúde fez a crítica e então, nesse momento o áudio da conselheira Neide travou e enquanto ela não fala a Secretária Executiva Carmem Terezinha Gomes Sasaki responde que é justamente como a conselheira Liliane Leal falou, que a deliberação sai publicada com a aprovação e ressalvas e vêm junto da Publicação no Diário Oficial e essas ressalvas são inseridas no DIGISUS com o documento do parecer, deliberação e Resolução. E a conselheira Neide Neres informa que teve problemas na conexão e disse que concorda com as diligências apontadas e recomendações feitas pela Comissão de Orçamento e Finanças e sendo de conhecimento de todos os membros do colegiados e se todos concordarem com a aprovação porque é importante ressaltar que os recursos da Pandemia não têm mostrado de que forma foram aplicados e efetivados e então é um Relatório que não diz tudo que deveria dizer e por isso a Comissão mantém os apontamentos e diligências e ficará acompanhando as recomendações da Comissão de Orçamento e finaliza agradecendo. Então como não tem mais nenhum inscrito a Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes põe em votação no mesmo modelo que foi escrito e pede à Secretária Executiva que acompanhe na tela e avisa a todos que aprovam coloquem no chat ou chamem no microfone e ou faça algum sinal de positivo. E a Secretária Executiva informa que coloca em votação o Relatório Anual de Gestão – RAG 2020 com o parecer da Comissão Temática de Orçamento e Finanças que foi lido pela Conselheira Valeska Antunes e pergunta aos Conselheiros presentes se aprovam, uma conselheira que não se identificou falou que a internet dela estava caindo e gostaria de saber como a

maioria estava se manifestando e foi informada que estavam aprovando com ressalvas feitas no parecer. Dando continuidade a votação foi perguntado os conselheiros que não aprovam, nesse momento a Neide Neres entra e pergunta se as ressalvas vão entrar no DIGISUS e a Presidente do Conselho pede que ela aguarde o final da votação que está em tela para que possa ser respondido. **Como não houve nenhuma abstenção nem voto em contrário a Presidente concluiu que o RAG 2020 foi aprovado por unanimidade, com ressalvas constantes do parecer**, agradeceu e parabenizou a Comissão pelo trabalho maravilhoso. A Secretária Executiva respondeu a Conselheira Neide Neres que a Deliberação é publicada juntamente com o parecer da Comissão Temática de Orçamento e Finanças, publicada em Diário Oficial, com a Resolução e encaminhada para ser inserida no DIGISUS, juntamente com a publicação . A Presidente Maria de Fátima pergunta a conselheira se ela entendeu, ela responde que sim e diz que inclusive a dúvida poderia ser de outros que não se manifestaram. A presidente perguntou qual foi a primeira pergunta feita pela conselheira Neide Neres e ela respondeu que não lembrava pois, teve que ficar parando. A Secretária Executiva esclareceu que essas dúvidas foram esclarecidas antes, quando ela estava ausente, ela disse que percebeu e que agradecia a clareza. Diante disso, a Secretaria Executiva afirma que está tudo certo e que será encaminhado para publicação. A Presidente Maria de Fátima pergunta à Secretária Executiva se tem mais alguma deliberação, ela responde que não porque foi pauta única. A Presidente Maria de Fátima informa que como ainda tem tempo, se quiser pode-se quebrar o protocolo e dar informe ou falar. Cita Liliane Leal que diz que só tem que agradecer o trabalho da Comissão e que gostaria que as outras fizessem também os seus encontros mesmo que virtuais, pois ela sabe de todas as dificuldades, mas faz-se necessário que as comissões comecem a conversar para que eles possa se planejar melhor, que sabe que esse ano ainda é difícil, mas que eles estão apostando em melhores condições para o ano de 2022 e que precisam estar sempre juntos, sendo transparente para que possa se fazer com que esses três anos e meio que faltam sejam o melhor possível. Lembrando que as contas municipais da gestão anterior estão sendo avaliadas por uma comissão, essas contas públicas e que eles não precisam se sentir responsáveis por isso e que eles não têm instrumentos para avaliar, como a Neide Neres fala, o dinheiro que entra, o dinheiro que sai e que ela conversou muito isso com a Comissão e que não teriam nem pernas para acompanhar todos os contratos e que não cabe isso a eles, existe uma comissão formada e que é importante que acesse o link da página da prefeitura que tem a transparência dos gastos públicos e comesse a ler porque é importante esse conhecimento. A Presidente Maria de Fátima passa a palavra ao conselheiro Abílio Tozini que informa que nesse dia teve a reunião plenária da área programática do CDS 2.1 e que ele e a conselheira Edileusa deram os informes e foram bem recebidos pela Comissão Executiva do Conselho, que o plenário ouviu os pleitos deles e ficaram muito contentes com os encaminhamentos que foram dados e pediram que repassasse para eles a ata da Comissão Executiva e a ata da reunião do municipal para saber se teve desdobramento e, também, das coisas que foram encaminhadas por ofícios e dar ciência ao CDS, mas foi só elogio de como o Conselho Municipal abraçou as causas deles e de como foram feitos o encaminhamentos, deu os parabéns e agradeceu a paciência por tê-los aturado. A Presidente Maria de Fátima agradeceu também a todos dos colegiados, dizendo que são todos muito amáveis e falou que a pandemia é que os isolou um pouco e que os ofícios, ela e Carmem estavam deliberando. O Conselheiro Abílio solicita a ata da executiva que eles participaram e a Secretária Executiva informa que não é ata, é memória. Com a palavra o conselheiro Osvaldo Mendes que diz que no dia dezesseis do mês próximo passado ele esteve representando a Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes no Fórum de Saúde da Metropolitana I que aconteceu na sede da OAB de Caxias e lá foi discutida a

situação do COVID, com a presença da Secretária Estadual que passou as informações sobre o vírus, os indicadores e eles passaram os indicadores do município do Rio de Janeiro e que a próxima reunião desse fórum vai acontecer em Japerí. A presidente Maria de Fátima o faz lembrar que a ALERJ esteve presente na pessoa da deputada Martha Rocha e abriu para fazer uma Audiência Pública em relação a uma proposta que foi elaborada pelos conselheiros que é se tornar uma política pública em relação as diretrizes pós COVID, as sequelas e as consequências provocadas pelo vírus, assim, vai haver essa Audiência Pública assim que eles voltarem do recesso para que possam discutir isso no Estado, no Município para se tornar uma política pública do Estado e dá por encerrada a sua fala. A Valeska Antunes pediu para compartilhar a página da saúde da prefeitura onde está Coronavirus no ícone - gastos públicos e dá para ver todo detalhamento dos gastos, inclusive as notas fiscais, os empenhos, têm os valores de compras e inclusive não são só da saúde e que toda a parte de gastos com o Coronavírus estava ali. Acrescentou que ali tem muita informação a respeito dos gastos que o Município do Rio de Janeiro teve com o Coronavírus, inclusive, com a discriminação das verbas que foram repassadas pelo Ministério e pelo Estado, assim como do orçamento próprio e que em uma das abas tem como as pessoas filtrarem para poder ver o que foi repassado somente pela União, o que foi só de recursos próprios. Têm, também, inclusive, os nomes dos fornecedores de cada compra. Enfim, existe um monte de filtros para olhar. Por fim, disse que queria mostrar que a Comissão pesquisou e, de fato, existe um local que presta essas contas com transparência, apesar de o formato do RAG 2020 não propiciar isso. Com a palavra, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes, disse que o Ministério da Saúde e o Estado têm que entender que os Municípios precisam de ter visibilidade e vida própria. A conselheira Valeska Antunes disse que tudo o que os conselheiros haviam solicitado foi atendido e incluído nas parte de considerações finais pela Secretaria e que, inclusive, houve reclamação por terem incluído coisas demais, mas que, para os conselheiros, fica ruim de ler porque lêem uma coisa e depois tem de achar isso lá, o que torna a análise complicada. A Secretária Executiva Carmem Teresinha Gomes Sasaki informou que colocou o link no chat para que todos pudessem ter acesso às informações referentes a esses gastos públicos. A Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes, finalizou a reunião agradecendo a prestabilidade de todos e informou que a próxima reunião executiva será no dia três de agosto, a reunião ordinária dia dez de agosto e que aguarda todos nessas reuniões. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião extraordinária às quinze horas e trinta e três minutos e eu **Ana Lúcia Pires Ribeiro** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Ana Lúcia Pires Ribeiro


Maria de Fátima Gustavo Lopes